



“Há espaço para uma revisão e racionalização dos gastos tributários”

Claudio Conceição e Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Foto: EDU ANDRADE/Ascom/MF

À frente da secretaria responsável por formular as propostas econômicas do governo, Guilherme Mello tem que estar atento ao comportamento da dinâmica fiscal e como esta afeta suas projeções. Se em sua análise ele identifica ganhos estruturais importantes com o avanço da reforma tributária sobre o consumo – em fase de regulamentação –, vê com preocupação as distorções do sistema de impostos sobre a renda – cuja reforma passará a ser discutida este ano –, que resultam em um gasto tributário que se aproxima de 6% do PIB. “Há espaço para dis-

cutirmos uma racionalização desses benefícios”, defende, ressaltando a necessidade da cooperação de Congresso e Judiciário em busca de um sistema mais equilibrado. Nesta conversa, Mello também fala do impacto do aumento do volume de emendas parlamentares, e da pressão de outros gastos vinculados à receita, como os mínimos constitucionais para saúde e educação. “Temos que encontrar uma fórmula para garantir um financiamento adequado e mais estável, não tão ligado a um indicador tão volátil quanto a receita”, afirmou.

Conjuntura Econômica — Recentemente, em evento público, a ministra Simone Tebet declarou que as metas de resultado primário de 2024 e 2025 estão sobre a mesa para serem discutidas, afirmando que a capacidade de crescimento das receitas está se exaurindo. Como avalia o panorama de evolução das receitas para este ano, e essa possibilidade de revisão?

Quando assumimos, tínhamos uma grande incerteza sobre a trajetória fiscal, porque a regra fiscal que existia até 2022 havia sido abandonada ao longo dos últimos anos. Você tinha três regras fiscais, considerando a regra de ouro, mas na prática duas regras limitantes. Uma era a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), cuja prática se tornou colar, portanto que não imprimiam nenhum limite às finanças do setor público, e por outro lado uma regra de teto de gastos que a partir de 2020, na pandemia, oficialmente já não foi mais seguida, com as PECs que fizeram mudanças, incluindo a dos precatórios, para adiar um conjunto de despesas. Então não havia regra fiscal vigente, tinha o projeto de lei orçamentária que havia sido enviado pelo governo anterior que era absolutamente fictício, porque previa a continuidade do teto de gastos, que todos sabiam que seria descontinuado. Inclusive o próprio presidente, como candidato, tinha prometido mudar, mas mandou o projeto com uma regra que não existia, e sem qualquer espaço para programa social, nem um novo Bolsa Família. Sabia-se que aquilo era uma peça de ficção, mas o que nos preocupava não era só um lado do gasto, que era absolutamente insuficiente para dar conta dos programas sociais. Era também a projeção de

uma queda expressiva na arrecadação, de mais de 1% do PIB das receitas, em um ano cuja previsão era de crescimento de 2,1%. Portanto, havia problema dos dois lados.

O que fizemos desde então foi ajustar essas duas coisas. Do ponto de vista da regra fiscal, aprovamos em tempo recorde a nova regra que dá um horizonte para a política fiscal de estabilização da dívida pública, ao mesmo tempo em que, juntamente com a PEC da Transição, que viabilizou espaço orçamentário para a retomada dos programas sociais, também dá um horizonte para as políticas públicas. Então se reconstituiu, do lado das despesas, um horizonte de recomposição de equilíbrio fiscal e estabilidade da dívida pública sem perder de vista a responsabilidade social e a necessidade das políticas públicas. Esse foi o primeiro passo, que veio conjugado com uma série de medidas do lado das receitas, anunciadas desde o dia 12 de janeiro pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Foram sucessivas rodadas de medidas que, sem aumentar tributos, alíquotas, passaram a combater os verdadeiros ralos pelos quais a arrecadação ia escoando, e que não gerava impacto econômico significativo. Ou seja: não gerava emprego, não gerava renda, não gerava crescimento, nem investimento.

Essa agenda da parte tributária tem uma dimensão de curto prazo, de fechar esses ralos – ou, como se diz no Brasil, de tirar os jabutis da árvore. Foram várias decisões, tanto do Poder Legislativo quanto do Judiciário, que ao longo do tempo enfraqueceram estruturalmente a capacidade fiscal do Estado brasileiro. Isso se viu claramente no ano de 2023. Mas ao mesmo tempo, é uma agenda estrutural, em pri-

meiro lugar de reforma da tributação sobre o consumo, que foi aprovada no passado e será regulamentada este ano, e estamos preparando a segunda rodada, que é a reforma de tributação sobre a renda, que esperamos apresentar este ano e aprovar no ano que vem.

Então há uma agenda do lado do gasto, com a criação de uma regra fiscal moderna, que dialoga com a literatura internacional. Ela tem as características de uma regra de terceira geração, adaptada à realidade e experiência brasileira, combinando uma meta flexível de resultado primário com também um indicador com algum espaço de variação de uma regra de despesa, descriminalizando a política fiscal, que acho que foi um avanço muito grande. Esse foi um processo que nos levou a uma enorme redução da incerteza do ponto de vista fiscal que existia no início de 2023, e que hoje é diminuta. Pode-se confirmar essa minha afirmação olhando para os prêmios de risco do país, para a curva de juros, para as projeções do mercado financeiro. Hoje estamos discutindo se o governo vai ser capaz de zerar o déficit primário este ano, ou fechar em 0,5% do PIB. No início do ano passado, a dívida era absoluta. Só para ilustrar como a agenda fiscal do governo surpreendeu positivamente, o resultado da dívida/PIB no ano passado foi muito inferior àquele inicialmente projetado pelo mercado. Para este ano, boa parte do mercado esperava um contingenciamento recorde, no limite do possível para o primeiro relatório bimestral.

Ao contrário, não tivemos nenhum contingenciamento, o que mostra o avanço da agenda patrocinada pela equipe econômica.

É evidente, entretanto, que a equipe econômica estabelece as regras do

jogo junto com o Congresso Nacional – a regra de gasto, as regras de tributação –, estabelece a meta que vai perseguir junto com o Congresso Nacional na LDO, depois PLOA, mas não é capaz sozinha de determinar o resultado fiscal, porque este depende de uma série de ações que precisam ser discutidas e debatidas com o Congresso e mesmo com o Poder Judiciário, cujas decisões têm impacto na arrecadação e nos gastos do governo.

Recentemente, conseguimos rever uma decisão do STF, o que acho muito positivo, sobre a chamada revisão da vida toda (*recálculo do valor da aposentadoria considerando todas as contribuições, que pode gerar aumento do benefício*), que tem um impacto enorme do ponto de vista de gasto. Por outro lado, junto ao Congresso, conseguimos rever a questão da subvenção de ICMS, que abatia na base de cálculo dos tributos federais mesmo para custeio. Conseguimos limitar esse abatimento. Recentemente, também conseguimos organizar a utilização dos créditos tributários das empresas, criando maior previsibilidade do setor público. Ou seja, é uma agenda que tem sido bem-sucedida. Agora, para essa agenda prosseguir e atingir os seus objetivos, é evidente que precisaremos da constante parceria, como tivemos no ano passado, do Congresso Nacional, do Poder Judiciário. Precisaremos da compreensão, como disse no evento, de transformar essa agenda em uma agenda de Estado do país, com a qual todos os agentes estejam comprometidos para reencontrar o equilíbrio das contas públicas sem prejudicar aqueles que mais precisam do Estado brasileiro. Então, não vi a declaração da ministra, mas certamente trabalhamos sempre com metas ousadas, po-

rém factíveis. Agora, essa factibilidade evidentemente depende desse processo que envolve o conjunto dos poderes.

Mas o senhor concorda com o diagnóstico de que as fontes de crescimento de receita estão se esaurindo?

Vamos analisar olhando para 2022. Nesse ano, a carga tributária foi maior que a de 2023, e a arrecadação federal líquida foi em torno de 18,5% do PIB, e uma queda signifi-

“A equipe econômica estabelece as regras do jogo e a meta junto com o Congresso, mas não determina sozinha o resultado fiscal, que depende de ações debatidas com o Congresso e o Judiciário”

cativa de quase 1% do PIB em 2023, exatamente devido a esse conjunto de benefícios fiscais, de créditos tributários, regimes especiais que foram se avolumando, e que só de gastos tributários somamos hoje algo próximo a 6% do PIB. Tem alguns que são contabilizados pela Receita, mas outros não aparecem no relatório mas podem ser caracterizados do ponto de vista conceitual como gastos tributá-

rios, chegando perto de 6% do PIB.

Portanto, acho que nesse cenário atual há espaço para discutirmos uma revisão e uma racionalização desses gastos tributários, desses benefícios. Muitas pessoas questionam: qual é sua agenda de contenção de gastos? Evidentemente, há uma agenda capitaneada pelo Ministério do Planejamento – pela ministra Simone e pelo secretário Sérgio Firpo – de avaliação e revisão de desenho de políticas públicas para aumentar a eficiência e a potência do nosso gasto público e o impacto na vida das pessoas. Mas sempre lembro que gasto tributário também é gasto. Do ponto de vista do orçamento, o impacto é muito parecido; do ponto de vista econômico, o impacto é distinto, porque gasto com investimento gera emprego, renda, melhora a infraestrutura, reduz custos, enquanto um benefício tributário mal desenhado tem um multiplicador muito baixo, e em vez de gerar emprego e renda, trazer ganho de competitividade para as empresas, pode distorcer o ambiente competitivo. Então acho que ainda há espaço para avançarmos nessa agenda. Não à toa, estamos propondo as reformas mais estruturais de tributação.

Agora, é evidente que esse processo é difícil, desgastante, porque os grupos que são beneficiados por esse conjunto de subvenções e subsídios, mesmo que minoritários, são organizados, têm representatividade, e obviamente resistem à revisão desse conjunto de benefícios. Acho que a gente tem conseguido construir no Congresso Nacional uma agenda negociada, dialogada de revisão de distorções que foram sendo aprovadas ao longo da história. E temos que continuar nesse caminho, sem perder de vista as reformas estruturais que se-

rão realmente as que vão transformar a qualidade da tributação brasileira, a justiça da tributação brasileira, e nos colocar num patamar de competitividade com os outros países do ponto de vista fiscal e tributário muito superior ao que a gente tem hoje.

Como avaliam o aumento do volume de emendas parlamentares no orçamento federal – tema da Carta do IBRE desta edição (pág. 8), que mostra um salto de R\$ 6,14 bilhões em 2014, para R\$ 44,7 bilhões em 2024?

Temos que lembrar que desde 1988 o orçamento brasileiro é do tipo misto, ou seja, é elaborado e proposto pelo Executivo, analisado e aprovado pelo Legislativo, executado pelo Executivo e fiscalizado pelo Legislativo. Cada um tem seu papel. Os limites dessa interação estão colocados pela própria Constituição. O que temos visto ao longo dos últimos anos, principalmente na última década, é um avanço do Legislativo sobre uma função que historicamente, desde a Constituição, é mais ligada ao Executivo, de definição de prioridades de alocação de parcela desses investimentos no orçamento. Obviamente, esse processo retira um pouco de eficiência. Ter espaço para emenda parlamentar, faz parte da democracia. Mas uma coisa é vincular as emendas às estratégias prioritárias que o governo eleito propõe para o país, e outra é essa pulverização da ação pública sem um planejamento e acompanhamento sobre seus impactos.

Esse é um processo que responde a uma mudança na conjuntura política que vivemos desde 2016, onde o Poder Legislativo ganha força e espaço diante de alguns governos mais fracos ou me-

nos comprometidos em pensar de maneira organizada, estrutural e estratégica o desenvolvimento do país. Então, o Legislativo vai ocupando espaço, e hoje temos essa situação, onde basicamente o volume de emendas parlamentares é muito próximo do que vemos, por exemplo, de investimentos públicos no PAC, que é o grande programa de investimentos do governo. Isso obviamente gera as questões que trouxe aqui, e acho que é um tema que ao longo do tempo essa relação Executivo e Legislativo vai ter que pacificar. Não

“Uma coisa é vincular emendas parlamentares às estratégias prioritárias do governo eleito, e outra é essa pulverização da ação pública, sem um planejamento sobre seus impactos”

para empoderar um sobre o outro, mas para criar uma maior organicidade, maior articulação entre esses dois poderes tendo em vista um projeto organizado, estratégico de país. Não é possível um país se desenvolver se ele não tiver planejamento, se for uma miríade de pleitos e demandas pulverizadas. Então, acho que o caminho daqui para frente é esse de diálogo, negociação, de garantir que os recursos, controlados

pelo Legislativo ou pelo Executivo, sejam destinados para os eixos estratégicos de desenvolvimento do país e que haja um acompanhamento e uma fiscalização adequada, para verificar seu impacto e se está sendo bem gasto.

Como pretendem administrar a questão de despesas vinculadas à receita como os mínimos constitucionais para saúde e educação, que tendem a crescer mais que a regra geral do arcabouço fiscal, pressionando o orçamento?

Estamos em uma situação em que ainda temos déficit público – neste primeiro bimestre bem pequeno – mas há necessidade ao longo do tempo de um crescimento maior das receitas que das despesas para equilibrarmos o orçamento. Isso é a pedra angular do novo regime fiscal sustentável: a ideia de que a despesa pode crescer desde que respeite um percentual do crescimento das receitas, inicialmente colocado em 70% exatamente para fazer esse processo de recuperação do equilíbrio fiscal. É óbvio que existem despesas que crescem muito acima da receita, ou 100% da receita, que passam a comprimir as demais. Mas acho que muito mais do que discutir os conflitos que se inauguram dentro do espaço determinado pelo orçamento, é preciso uma discussão qualitativa. Que os investimentos em saúde e educação são prioritários para o país, não resta dúvida. Um país que tem um sistema universal de saúde, que ainda tem muito a avançar na educação, onde o gasto por aluno permanece baixo em comparação com os países desenvolvidos. É verdade que, como proporção do PIB, nos aproximamos finalmente do padrão

da OCDE, no entanto, o gasto por aluno é muito menor, porque nosso PIB *per capita* é muito menor.

Então, é evidente que você precisa criar uma estratégia adequada para garantir o financiamento dessas áreas fundamentais não só para o desenvolvimento humano, mas para o desenvolvimento econômico, posto que educação é produtividade, qualificação, cidadania. Saúde, além de cidadania, envolve inovação, tecnologia. Mas a forma que temos hoje de garantir esses recursos, seja para emenda, seja para saúde e educação, é uma forma complexa, principalmente para serviços fundamentais como saúde. Imagine que o país, por algum motivo, passe por uma recessão, quando a receita cai. Se estou com o piso atrelado à receita, o piso também cai. Vamos pegar outro exemplo, talvez até mais comum: um governo é eleito com a agenda de redução da carga tributária. Tentou-se isso recentemente, tanto que se abriu o conjunto grande de desonerações, e isso gerou um desequilíbrio fiscal que a gente precisa corrigir agora, mas nada impede de futuramente algum governo ser eleito com essa agenda. Isso quer dizer que vai reduzir o financiamento da saúde? Acho que temos que encontrar uma fórmula – não sei se agora ou no futuro, mas esse debate precisa amadurecer – para garantir um financiamento adequado e mais estável, não tão ligado a um indicador tão volátil quanto a receita.

Acho que é possível, com calma, muito diálogo, construir uma forma de financiar essas políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento de maneira melhor do que hoje, independente do regime fiscal. Poder-se-ia ter um regime fiscal que permitisse o crescimento do gasto em

10% do PIB, mas não é essa a questão. O tema é que a forma com que se financia uma política pública perene, que vai exigir mais recursos no futuro, como é o caso da saúde, por causa da questão demográfica, não pode estar sujeita a ciclos políticos, econômicos, que geram incerteza para o próprio financiamento dessa política.

No I Encontro do Centro de Política Fiscal e Orçamento do FGV IBRE, o senhor defendeu que é preciso har-

“A forma com que se financia uma política pública perene, que exigirá mais recursos no futuro, como a saúde, não pode estar sujeita a ciclos políticos e econômicos, que geram incerteza”

monizar política fiscal e monetária. Em que estágio avalia que se está nessa tarefa?

Acho que avançamos muito do ano passado para cá. Como disse, iniciamos 2023 com um grau de incerteza elevado sobre a política fiscal, que foi sendo mitigada com todas as ações que fomos tomando, e a agenda fiscal foi sendo compreendida, e com isso a incerteza se reduziu enormemente. Ela

sempre vai existir, porque a economia envolve incertezas no âmbito doméstico, internacional, incertezas climáticas, que agora se somam ao conjunto que tradicionalmente analisamos, geopolíticas. Mas está menor do que no início de 2023. Essa redução da incerteza, juntamente com uma queda da inflação maior que a prevista, está permitindo harmonizar esforços na área fiscal e monetária. A política monetária ainda é contracionista, mas menos do que já foi. A política fiscal, ainda tem um impulso positivo em particular ligado ao pagamento do calote dos precatórios, então este ano teve esse pagamento pontual e isso dá um impulso para a economia, mas mais perto da neutralidade. E o ambiente macroeconômico está refletindo essa redução das incertezas e essa maior harmonia com uma curva de juros mais baixa, em prêmios de risco país menores, em uma retomada do crédito no mercado de capitais. Conseguimos ver os efeitos dessa maior harmonia. Qual o caminho? É prosseguir nessa harmonia. Obviamente haverá momentos em que uma será um pouco mais contracionista, outra um pouco mais expansionista. Mas o ideal é que você não tenha uma contraposição, mas uma harmonização que crie um ambiente macroeconômico de estabilidade, com preços competitivos, juros competitivos, câmbio competitivo, uma perspectiva de estabilidade fiscal, para que o projeto de desenvolvimento que envolve algo muito além da macroeconomia – envolve política industrial, transformação ecológica, inclusão social. Mas para que esses fatores atinjam o seu máximo potencial, se revertam em ampliação do investimento, da inovação, do emprego, você precisa ter um ambiente macroeconômico estabilizado.

Em 2023 o PIB surpreendeu, puxado pela agropecuária. Este ano, as projeções de crescimento da SPE são de 2,2% do PIB. De onde estimam que essa alta virá?

De fato, no ano passado o crescimento teve dois grandes impulsionadores. O primeiro foi a safra agrícola, ou seja, o setor agropecuário e as demandas influenciadas por ele. O segundo, o aumento do rendimento das famílias, que sustentou o setor de serviços, melhorou a distribuição de renda – tivemos 13 milhões de pessoas saindo da situação de fome –, que também colaborou para sustentar o crescimento do PIB perto de 3% em 2023. Este ano, a agropecuária tende a ter uma contribuição ligeiramente negativa, em particular devido aos efeitos climáticos do El Niño, mas também pela redução dos preços das *commodities*, que levam o produtor a reduzir a área plantada, concentrando-se nas áreas mais produtivas. Vemos serviços ainda muito resilientes, o mercado de trabalho brasileiro tem se mostrado forte. O crescimento do rendimento médio tem melhorado, e a inadimplência vem caindo para as pessoas físicas desde que lançamos o Desenrola. Com isso, temos uma parte das famílias de volta ao mercado de crédito, o que também ajuda o lado da demanda, do consumo das famílias por serviços e bens industriais.

Ainda do ponto de vista da oferta, temos um desempenho muito melhor da indústria, que no ano passado sofreu com juros altos, dificuldades de acesso a crédito, o mercado de capitais ficou bloqueado o primeiro semestre inteiro por causa do evento Americanas. Achamos que agora a indústria terá um papel mais proeminente. Já vemos anúncios multibilionários de

investimento, por exemplo, no setor automobilístico, com mais de R\$ 117 bilhões de investimentos anunciados para os próximos anos, né? O setor de construção tende a se recuperar com a queda de juros, estamos muito atentos a eles. Com o avanço do PAC, o investimento público finalmente está se recuperando. Nossa projeção atual, de crescimento de 2,2%, pode ser revisada para cima, porque os dados de janeiro vieram fortes, ainda olharemos dados de fevereiro. Mesmo que não seja um crescimento de 2,9% como no

“Mesmo no crédito imobiliário o Brasil tem potencial enorme de ganhar maior participação no PIB. A participação do país é a mais baixa em comparação com os países da OCDE”

ano passado, certamente a composição do crescimento será melhor. Olhando pela ótica da demanda, haverá ainda uma recuperação do investimento, com crescimento do investimento público – não tanto, mas cresce – e apostamos que como a flexibilização da política monetária e a retomada no mercado de capitais, do mercado de crédito possamos ter um ano melhor para investimentos. A gente já vê al-

guns dados melhores no setor de bens de capitais, que vinha caindo sistematicamente e agora já mostra alguns sinais positivos, o que é bom para as perspectivas para o investimento neste e no próximo ano.

A SPE está à frente da coordenação de medidas de impulso ao crédito, agenda que é questionada tendo em vista o ainda alto grau de endividamento de empresas e comprometimento de renda de famílias (leia mais na *Conjuntura Econômica* de março: <https://go.fgv.br/sFuCmtRGbOa>). Como avalia essa cautela sinalizada por analistas?

A primeira coisa que é importante dizer é que essa agenda de promoção do crédito que o governo tem desenvolvido tem sido feita sem onerar o Tesouro, ou seja, sem nenhum tipo de subsídio. Na verdade, ela tem sido desenvolvida de forma transparente, desde o início do ano passado, quando renovamos, ampliamos e aprimoramos tanto o Protagro quanto o Peac, e depois com o lançamento do Desenrola, que é uma medida muito importante e inovadora, uma grande parceria público-privada que envolveu garantias públicas, mas crédito privado, e tanto bancos quanto empresas oferecendo grandes descontos para renegociar dívidas. Tanto foi o sucesso do Desenrola que a partir de sua adoção começamos a ver uma redução nos indicadores de inadimplência das famílias, bem como do comprometimento de renda destas com o pagamento de dívidas. Tem uma ampla agenda que envolve também questões regulatórias como o Marco de Garantias, que tem potencial de reduzir o custo de crédito.

Claro que a harmonização da política fiscal com a monetária tem permitido também a redução da taxa de juros, junto com a redução da inflação mesmo em cenário de crescimento robusto, o que é fundamental para o mercado de crédito. Agora temos iniciativas como as debêntures incentivadas de infraestrutura, que foram reformuladas; iniciativas para o financiamento da transformação ecológica, como a criação do Fundo Clima, que também é algo inovador. O Brasil fez sua primeira emissão de títulos soberanos sustentáveis (*em novembro do ano passado, levantando US\$ 2 bilhões*), e aportou esses recursos no Fundo Clima para financiar e acelerar a transformação ecológica. Outra medida inovadora no campo do crédito é o anúncio recente das medidas de *hedge* cambial, sendo que uma das linhas envolve o *blended finance*, que de alguma forma se correlaciona diretamente com o custo de crédito, portanto, aumentando a atratividade do Brasil em investimentos de infraestrutura verde. Ou seja, é uma agenda estrutural do governo no crédito, sempre buscando parcerias com o setor privado e organismos multilaterais para ampliar o acesso, criar linhas com custo adequado para as necessidades da economia – o que obviamente pode avançar, e deve, para áreas como o microcrédito produtivo orientado, o crédito para pequenas e microempresas.

Mesmo no crédito imobiliário o Brasil tem potencial enorme de ganhar maior participação no PIB. A participação do país é a mais baixa em comparação com os países da OCDE, também com países da América Latina. Temos aqui uma oportunidade, se conseguirmos construir

alternativas e medidas estruturantes para esse mercado, que é muito dinâmico, que gera emprego, renda, melhora a vida das pessoas. Então, todas essas medidas são construídas sem nenhum tipo de subterfúgio. São feitas de forma transparente, sem onerar o Tesouro. Apenas aprimoram o ambiente de um mercado fundamental para uma economia se desenvolver, que é o mercado de crédito, do financiamento, seja pelo mercado tradicional, ou o mercado de capitais.

“No G20, estamos discutindo temas ligados à mensuração da desigualdade, com a possibilidade de construirmos uma agenda de Contas Nacionais distributivas em âmbito internacional”

Qual tem sido a agenda da SPE no âmbito do G20?

A SPE tem participado do G20 com subsídios ao ministro Haddad para a construção de propostas na trilha de finanças. Dentre elas, destacamos a proposta de tributação dos super-ricos, que prevê um mínimo de tributação global, uma espécie de pilar 3, representando um complemento dos pilares 1 e 2 da OCDE (*o pilar*

1 se refere a uma base para determinação e alocação justas dos impostos sobre as receitas de empresas multinacionais, que inclui novos modelos de negócios; o pilar 2 exige que grupos multinacionais recolham um piso de 15% de imposto sobre a renda em todas as jurisdições em que atuam). Para isso trouxemos um especialista no tema, o francês Gabriel Zucman, que fez uma apresentação no G20. A partir dessa apresentação e dos debates, pretendemos construir uma declaração do grupo e uma proposta inicial de tributação mínima sobre os super-ricos, complementando, como disse, os pilares já existentes de tributação internacional que a OCDE tem liberado.

Também estamos discutindo temas ligados à desigualdade e sua mensuração, com a possibilidade de construirmos uma agenda de Contas Nacionais distributivas em âmbito internacional. Assim como temos discutido temas relacionados a dívidas dos países mais pobres, de como encaminhar uma solução para os que hoje se encontram em *default*, ou muito próximos dessa situação, e precisam desesperadamente de espaço fiscal não só para promover seu desenvolvimento econômico e social, mas também para fazer frente às necessidades financeiras na luta contra a crise climática que afeta em particular os países mais pobres. Ou seja, visando a medidas de adaptação e mitigação. Esses são alguns dos temas que a SPE ajudou a construir, além de participarmos dos debates, grupos de trabalho e forças-tarefa que são de fato a cara da presidência brasileira do G20, que pautou o tema do combate à desigualdade e às mudanças climáticas como dois temas estruturantes da sua atuação. ■